

55



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*

---

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0003673-65.2014.8.17.0000 (0332651-0)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: JOÃO BATISTA CAVALCANTI

PACIENTE: RICHARD FERREIRA MARTINS

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

PROCURADOR: MANOEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE NETO

*EMENTA: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. SUPERADO. PLEITO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. MATERIALIDADE E AUTORIA DEMONSTRADAS. AMEAÇA À ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE DA CONDUTA E PACIENTE RENITENTE NA PRÁTICA DA TRAFICÂNCIA. CIRCUNSTÂNCIAS FAVORÁVEIS INCAPAZES DE TORNAR ILEGAL A PRISÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. DENEGAÇÃO DA ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.*

*1. Considerando que já foi oferecida a denúncia, encontra-se superada a eventual ocorrência de excesso de prazo para tanto, não havendo que se falar em constrangimento ilegal do direito de locomoção da paciente por excesso de prazo.*

*2. A prisão preventiva se encontra devidamente fundamentada, vez que há prova da materialidade do crime e indícios suficientes de autoria, além de estar caracterizada a hipótese autorizadora da garantia da ordem pública, fundada na gravidade da conduta e na*

*renitência do paciente na prática da traficância, vez que responde em liberdade a outro processo pelo mesmo crime.*

*3. As circunstâncias pessoais favoráveis ao paciente, como ser primário, ter bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita, não impedem a sua prisão preventiva quando presentes os requisitos exigidos em lei para a medida restritiva. Precedentes.*

*4. Constrangimento ilegal não configurado. Ordem denegada.*

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* n. 0003673-65.2014.8.17.0000 (0332651-0) em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, denegar a ordem do presente *Habeas Corpus*, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 27 de maio de 2014.



MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI  
Des. RELATOR



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*

---

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0003673-65.2014.8.17.0000 (0332651-0)**

**HABEAS CORPUS**

**IMPETRANTE: JOÃO BATISTA CAVALCANTI**

**PACIENTE: RICHARD FERREIRA MARTINS**

**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

**PROCURADOR: MANOEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE NETO**

**RELATÓRIO**

Trata-se de *Habeas Corpus* liberatório impetrado por JOÃO BATISTA CAVALCANTI em favor do paciente RICHARD FERREIRA MARTINS, no qual aponta como autoridade coatora o Juiz de Direito da 3ª Vara dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital-PE.

O impetrante fundamenta a pretensão à ordem declarando que o paciente foi preso em flagrante no dia 08/03/2014, em sua casa, alegando que os policiais entraram na residência sem mandado de prisão ou de busca, altas horas da noite.

Alega, também, a ausência dos requisitos exigidos no art. 312 do CPP, sob o argumento de que o paciente não representa ameaça à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal, vez que é primário, trabalhador e bem relacionado na comunidade onde vive, além de ter residência fixa e ocupação lícita. Considerando essas circunstâncias, requer a substituição da prisão preventiva por outras medidas cautelares menos gravosas.

Por fim, sustenta a ocorrência de excesso de prazo para o oferecimento da denúncia após o recebimento do inquérito policial, segundo teor do art. 564, IV do CPP.

Instada a prestar as informações de estilo, a autoridade apontada coatora relatou, às fls. 43/45, que a denúncia foi oferecida pelo *Parquet* no dia 09/04/2014, a qual narra que, durante incursões no bairro de Nova Descoberta, os policiais avistaram o paciente em atitude suspeita, tendo este empreendido fuga ao avistar os policiais. Perseguido até a sua residência, o paciente foi preso em flagrante, tendo sido apreendidas 91 (noventa e uma) pedras de crack em cima do telhado da casa vizinha.

Informou, também, que manteve a prisão preventiva do paciente por entender ser essencial à manutenção da ordem pública, diante da gravidade da conduta e da renitência do paciente na prática de traficância, vez que responde em liberdade a outro processo também por tráfico de drogas.

A Procuradoria de Justiça, em parecer ofertado às fls. 49/51, opinou pela denegação da ordem, por entender que restou caracterizada a ameaça à ordem pública, tendo em vista a gravidade do crime, além das circunstâncias pessoais não serem suficientes para assegurar a liberdade provisória, nos termos da jurisprudência majoritária.

**É O RELATÓRIO.**

Recife, 27 de maio de 2014.



**MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**  
Des. RELATOR



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*

---

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0003673-65.2014.8.17.0000 (0332651-0)**

**HABEAS CORPUS**

**IMPETRANTE: JOÃO BATISTA CAVALCANTI**

**PACIENTE: RICHARD FERREIRA MARTINS**

**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

**PROCURADOR: MANOEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE NETO**

**VOTO**

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Em relação à alegação de excesso de prazo para o oferecimento da denúncia após a conclusão do inquérito policial, cumpre observar que, segundo informações fornecidas pela autoridade coatora, a denúncia foi oferecida pelo Ministério Público no dia 09/04/2014.

Nesse caso, a jurisprudência é pacífica no sentido de que, quando oferecida a denúncia, fica superada eventual ocorrência de excesso de prazo, como demonstra o seguinte julgado do colendo STJ:

**"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. COMÉRCIO  
DE COMBUSTÍVEIS ADULTERADOS. ESTELIONATO E CRIMES**

CONTRA A ORDEM ECONÔMICA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. REITERAÇÃO CRIMINOSA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, DA ORDEM ECONÔMICA E DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. EXCESSO DE PRAZO NA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO SUPERADO. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. ORDEM DENEGADA.

(...)

3. Superada a alegação de excesso de prazo na conclusão do inquérito e no recebimento da denúncia porque, como bem asseverou o acórdão impugnado, deflagrada a ação penal. Precedentes.

4. Ordem denegada". (HC 163.617/PE, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 02/12/2010, DJe 17/12/2010)

Assim, considerando que já foi oferecida a denúncia, encontra-se superada a eventual ocorrência de excesso de prazo, não havendo que se falar em constrangimento ilegal do direito de locomoção da paciente por esta razão.

Em relação à ausência de fundamentação do decreto de prisão preventiva, cumpre ressaltar que, além da prova da materialidade e de indícios suficientes de autoria, está presente o requisito da necessidade de assegurar a ordem pública.

O magistrado *a quo* entendeu ser necessária a prisão preventiva do paciente como forma de resguardar a ordem pública, estando suficientemente fundamentado nas circunstâncias do caso concreto. Ora, além da gravidade do crime que lhe é imputado, é importante frisar que o paciente responde em liberdade a outro processo também por tráfico de drogas, o que demonstra sua renitência na prática de crimes dessa natureza.

No que se refere à necessidade de garantia da ordem pública, o ilustre doutrinador JULIO FABBRINI MIRABETE ensina:

*"Embora não se tenha firmado na jurisprudência um conceito estratificado para a expressão "garantia da ordem pública", a periculosidade do réu tem sido apontada como o fator preponderante para a custódia cautelar. (...) Mas o conceito de ordem pública não se*

*limita a prevenir a reprodução dos fatos criminosos, mas também a acautelar o meio social e a própria credibilidade da justiça em face da gravidade do crime ou de sua repercussão. A conveniência da medida, como já se decidiu no STF, deve ser regulada pela sensibilidade do juiz à reação do meio ambiente à ação criminosa. (...) Mas, sem dúvida, está ela [a aplicação da prisão preventiva] justificada no caso de ser o acusado dotado de periculosidade, na perseverança da prática delituosa, quando se denuncia torpeza, perversão, malvadez, cupidez e insensibilidade moral.” (MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo Penal – 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2002, pg. 385/386).*

Com efeito, o juiz de primeira instância sentiu-se satisfatoriamente convencido acerca da necessidade de decretação da medida, tendo fundamentado sua decisão de forma suficiente. Ninguém melhor que o magistrado local para definir se o paciente representa uma ameaça à ordem pública, visto que convive na localidade em que o crime foi praticado e tem contato direto com as testemunhas, as vítimas, a sociedade local e até mesmo com o réu.

Além disso, apesar dos impetrantes alegarem que a paciente é primária, tem bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita, tais qualidades não são suficientes para afastar a necessidade de prisão preventiva, conforme tem entendido o Superior Tribunal de Justiça:

*“O fato de o recorrente ser primário, trabalhador e ter residência fixa no distrito da culpa não garante eventual direito à liberdade, quando outros elementos constantes nos autos recomendam a sua custódia cautelar. Precedentes.” (RHC, 19.261/RS, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJU 07/02/2008, p. 01)*

Este Tribunal também firmou entendimento no mesmo sentido, como demonstra a seguinte súmula:

*Súmula 86 do TJPE – “As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva”.*

Dessa forma, encontra-se superada a eventual ocorrência de excesso de prazo para o oferecimento da denúncia e a prisão preventiva da paciente está

devidamente fundamentada na necessidade de resguardar a ordem pública, não havendo constrangimento ilegal nem outro motivo que justifique a revogação da prisão da paciente.

Isto posto, meu voto é pela **denegação da ordem**.

**É COMO VOTO.**

Recife, 27 de maio de 2014.



**MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**  
Des. RELATOR